

E agora? Que papel para os novos directores?

Num grande número de Escolas e de Agrupamentos, o(a) antigo(a) Presidente do Conselho Executivo, eventualmente já antes Presidente do Conselho Directivo, foi seleccionado(a) para director(a) e quase não teve opositores. Esta é, antes de tudo, uma grande vitória do modelo de Gestão Democrática. Imbuídos deste antigo espírito, os Conselhos Gerais escolheram as pessoas que tinham feito a sua formação e o seu desenvolvimento profissional segundo aquele paradigma. O respeito pela comunidade escolar, pelo diálogo e pela iniciativa, assim como o sentimento de pertença estavam inscritos no perfil destes candidatos.

Na maior parte das Escolas e dos Agrupamentos, como consequência do novo modelo de gestão, foram escolhidos no final do ano lectivo de 2008-2009 os novos Directores. O cenário então desenvolvido variou bastante, desde situações em que houve várias candidatas àquelas (e terão sido a maioria) em que só concorreram os anteriores Presidentes dos respectivos Conselhos Executivos.

O aparecimento de candidatas oriundas de locais diferentes, portanto relativamente desconhecedores dos contextos em que se propuseram trabalhar, vem configurar duas situações que importa destacar:

a) Emerge a figura “académica” do Gestor, já relativamente antiga e do agrado de vários sectores políticos, sendo, assim, definitivamente legitimada;

b) A necessidade de escolher alguém estranho à comunidade educativa, em algumas escolas ou agrupamentos, pode levantar a hipótese de uma total inexistência de identidade colectiva.

Ambas as situações conduzem inevitavelmente a uma reflexão profunda sobre a questão da autonomia; esta parece carecer obrigatoriamente de uma implicação dos membros da comunidade e ser mesmo impossível sem ela; é a velha questão de que não basta decretar a emancipação; é preciso assumi-la. Quando fizeram as suas escolhas, estiveram os membros dos Conselhos Gerais (quase todos inexplicavelmente ainda transitórios...) conscientes desta realidade? Como pensaram implicar o novo Director em situações sempre com variáveis tão ocultas que este demorará a conhecer? Ou será que, afinal, as comunidades escolar e educativa, aí representadas, são tão coesas que se sentiram capazes de contratar um mero executivo que pretendem controlar a par e passo? Num grande número de Escolas e de Agrupamentos, o(a) antigo(a) Presidente do Conselho Executivo, eventualmente já antes Presidente do Conselho Directivo, foi seleccionado(a) para director(a) e quase não teve opositores. Esta é, antes de tudo, uma grande vitória do modelo de Gestão Democrática. Imbuídos deste antigo espírito, os Conselhos Gerais escolheram as pessoas que tinham feito a sua formação e o seu desenvolvimento profissional segundo aquele paradigma. O respeito pela comunidade escolar, pelo diálogo e pela iniciativa, assim como o sentimento de pertença estavam inscritos no perfil destes candidatos.

Surgem agora, também, algumas situações que convém explicar:

a) Há antigos Presidentes de Conselhos Executivos que eram “pequenos ditadores” dentro das suas escolas, usurpadores de um poder que nunca lhes tinha sido confiado; são certamente uma das causas que levou à escolha de “desconhecidos”; que vão agora fazer os Conselhos Gerais?

b) Alguns dos novos Directores estiveram “demasiado envolvidos” com o ministério de Maria de Lurdes Rodrigues, chegando mesmo a tomar decisões, ou nas suas escolas, ou junto da tutela, que ultrapassaram o registo de representatividade que se pressupunha que tivessem; não mostraram grande respeito pelos seus iguais; vão continuar ou, como parece ter acontecido ultimamente, recuar?

c) A nova situação de Director pode permitir um registo democrático aparentemente falacioso: isto é, é fácil ouvir os outros, recebê-los amavelmente, quando se é “quem manda”, pois a situação estatutária cria por si só níveis de dependência e de obediência que não permitem, muitas vezes, a livre expressão de opinião; “colega de turma” dos outros professores, o Director terá que criar um ambiente que permita a circulação livre das ideias; será capaz?

d) Os antigos Presidentes transportam muitos vícios, designadamente no que concerne o exercício efectivo da democracia; acomodados ao longo dos anos, foram descurando este aspecto, importante para a formação e para o exercício da cidadania de jovens e de adultos. Vão agora melhorar este aspecto?

O papel agora atribuído aos Directores, se o modelo continuar, possibilita uma maior exigência por parte dos contribuintes. Trata-se, afinal, de um cargo público, relativamente bem pago, em que todas as responsabilidades são atribuídas a uma só pessoa. As trinta e cinco horas na escola serão escassas para esta tarefa. É a ter que viver eternamente a dúvida existencial: representação da comunidade escolar, da comunidade educativa, ou da tutela? Tenha o Director o “estilo” que tiver, vai ter que tomar opções muito claras. Na Gestão Democrática, havia um poder partilhado. E agora?

José Rafael Tormenta